

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XX
VOLUME 32
(JAN-JUN)
2020
P. 305-324.

LÍNGUA UCRANIANA E IDENTIDADE ÉTNICA EM PRUDENTÓPOLIS - PARANÁ (1940-1950)

Lourenço Resende da Costaⁱ
Doutor em História pela
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO

O objetivo no artigo é discutir como a língua ucraniana é um elemento fundamental para a construção e reconstrução da identidade étnica entre os descendentes de imigrantes ucranianos em Prudentópolis, Paraná. A partir da metodologia da História Oral, bem como das discussões teórico-metodológicas acerca das gerações, foi analisado como nas décadas de 1940 e 1950 o idioma era um elemento unificador e determinante para a constituição do grupo. Para os nascidos naquelas décadas o ucraniano era a língua materna e o português era aprendido apenas na escola. Após décadas de convívio com falantes do português, para os nascidos naquele período o idioma eslavo continuou sendo um símbolo de pertencimento e marco de divisão entre quem é e quem não é descendente de ucranianos.

Palavras-chave: Prudentópolis-PR; Identidade; gerações; língua ucraniana.

UKRAINIAN LANGUAGE AND ETHNIC IDENTITY IN PRUDENTÓPOLIS - PARANÁ (1940-1950)

ABSTRACT

This article aims to discuss how the Ukrainian language is a fundamental element for the construction and reconstruction of ethnic identity among the descendants of Ukrainian immigrants in Prudentópolis, Paraná. Based on the methodology of Oral History, as well as theoretical and methodological discussions about generations, it was analyzed how in the 1940s and 1950s language was a unifying and determining element for the constitution of the group. For those born in these decades, the Ukrainian language was the mother tongue, meanwhile, the Portuguese language was learned only at school. For these individuals, even after decades of interaction with Portuguese speakers, the Slavic language remained a symbol of belonging and a mark of division between who is and who is not descended from Ukrainians.

Keywords: Prudentópolis-PR; Identity; Generations; Ukrainian language.

INTRODUÇÃO

No município de Prudentópolis, Paraná, pessoas de diferentes idades usam a língua ucraniana (os imigrantes pioneiros chegaram na última década do século XIX). A proporção de seu uso sofre interferência direta dependendo do grupo etário e do contexto histórico e social ao qual o indivíduo está inserido. Pessoas de diferentes gerações convivem e suas percepções acerca do mundo *podem* diferir significativamente. Nesse texto vamos analisar como a língua ucraniana é um aspecto fundamental da identidade étnica ucraniana no município a partir de entrevistas de pessoas da mesma geração (amostragem com nascidos nas décadas de 1940 e 1950).

Na atualidade é comum a utilização do conceito de *geração* para designar um grupo de pessoas. Mas, tal conceito é complexo. Os fenômenos humanos são difíceis de serem quantificados e/ou mensurados. O arcabouço das discussões geracionais se mostrou adequado para o estudo do uso da língua ucraniana em Prudentópolis e da identidade étnica.

Na transição do século XVIII para o século XIX os debates sobre o tema da geração apareceram com força no pensamento comtiano. A geração, para Auguste Comte, era vista como uma questão temporal, marcada pela substituição do indivíduo na vida pública (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 187). Segalen (1993, p. 191) acrescenta que o espaço temporal que

separa duas gerações, em algumas definições, seria a diferença de idade entre o pai e os filhos.

Essa perspectiva era marcada por uma visão de linear, uma vez que a cada três décadas, aproximadamente, uma geração dava lugar à outra (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 187). Mas esse entendimento acerca dos limites entre gerações é marcado pelo senso comum, pois considera apenas o aspecto cronológico. Segalen (1993, p. 191) destaca o papel do contexto e das experiências na configuração de uma geração. Motta (2004, p. 351), por sua vez, ressalta que a geração é percebida nos extremos ou nos pontos de contatos entre membros de grupos etários diferentes.

É justamente na convivência dialética entre pessoas de diferentes idades - na relação intergeracional - que percebemos as potencialidades analíticas do conceito de geração, que é dinâmico e, por isso, permite conjugar a definição demográfica (ano de nascimento, por exemplo) com períodos maiores de tempos (NADALIN, 2019).

Segundo Domínguez “Aunque generalmente se habla del proceso de sucesión generacional, en realidad ésta se produce a partir de un período de coexistencia durante el cual distintas generaciones se superponen en la vida social activa” (DOMÍNGUEZ, 2000, p. 2-3). Nesse sentido, vemos que a pluralidade é algo próprio do conceito de geração, já que sua definição/delimitação não se realiza de forma isolada: “As gerações, como as classes sociais, não existem isoladamente, mas em referência

mútua, contraposição ou até oposição umas às outras” (MOTTA, 2004, p. 353).

O tempo cronológico de nascimento do indivíduo será relevante ou determinante quando levado em consideração o seu âmbito histórico-social: “Sólo se puede hablar, por lo tanto, de la afinidad de posición de una generación inserta en un mismo período de tiempo cuando, y en la medida en que, se trata de una potencial participación en sucesos y vivencias comunes y vinculados” (MANNHEIM, 1993, p. 216).

Inúmeros fatores interferem na relação dos indivíduos com o seu contexto social e com o meio familiar para se chegar a um denominador comum na definição de um grupo geracional. Por essa razão a importância atribuída à experiência é ressaltada, pois para se compreender a geração é indispensável combinar os aspectos etário e social (SCOTT, 2010, p. 253).

A geração pode ser entendida a partir de uma delimitação etária (grupo de pessoas da mesma idade); pode também ser pensada de uma forma contextual (pessoas que passaram por um evento que abalou/mudou as bases sociais e/ou políticas); ou ainda poderá ser analisada com um viés familiar/parental (avós, filhos, netos). Todos esses três modos permitem perceber que, de uma forma ou de outra, o aspecto etário e social se entrelaçam, se completam (SCOTT, 2010, p. 267).

A semântica em torno do conceito é grande. Embora muitos aspectos apontem para uma direção comum, cada definição possui

especificidades. Alguns autores preferem usar a *coorte* no lugar de geração (MOTTA, 2010, p. 228):

Em demografia geração é, de modo preciso, o conjunto de pessoas nascidas em determinado período de tempo que é, geralmente, o ano civil (...) adotou-se o termo *coorte* para designar a classe ou conjunto de indivíduos que apresentam o mesmo fenômeno em dado período de tempo; (...) uma *coorte* de casamento é o conjunto de pessoas que se casaram em determinado período etc. (DICIONÁRIO DEMOGRÁFICO MULTILINGUE, 1969, p. 18).

Acompanhando o exposto acima poderemos usar doravante o termo *coorte* para nos referir ao conjunto de pessoas nascidas em intervalos de tempo determinado. Dentro de um mesmo conjunto, seja ligado pelas mesmas experiências ou pela idade, pode existir agrupamentos distintos. Aquilo que Mannheim chamou de unidades geracionais (MOTTA; WELLER, 2010, p. 177).

Todos os indivíduos que formam o conjunto de entrevistados possuem traços comuns, daí serem tratados como da mesma geração e do mesmo grupo étnico: 1) a ascendência ucraniana; 2) uma cultura pautada na tradição imigrante; 3) religião católica de rito oriental celebrada em língua ucraniana; 4) uma vivência ou contato estreito com o mundo rural; 5) o uso ou ao menos o contato direto com pessoas que usam a língua ucraniana; 6) o sentimento de pertença ao grupo étnico ucraniano (ainda que não usem esse termo).

Além disso, conforme apontou Colognese (2011, p. 140), mais relevante do que estabelecer de modo esquemático os critérios de onde começa e onde termina uma geração, é perceber as relações, contatos e rupturas entre os grupos geracionais. Mais revelador do que analisar o centro da geração é notar as transições nas fronteiras entre uma geração e outra.

A GERAÇÃO DE DESCENDENTES DE UCRANIANOS NASCIDOS EM PRUDENTÓPOLIS (1940 A 1950)

No final da primeira metade do século XX Prudentópolis ainda era cobertos por vastas florestasⁱⁱ. Havia áreas com uma densidade demográfica muito baixa. Os ucranianos que chegaram no final do século XIX e início do XX foram levados para lotes rurais e a agricultura era a ocupação da quase totalidade desses imigrantes recém chegados: “O grupo de imigrantes, ali estabelecidos, era majoritariamente formado por pessoas que trabalhavam na agricultura (...). Esse grupo foi responsável pela formação de núcleos coesos” (HAURESKO, 2015, p. 14).

O deslocamento é pouco significativo na história de vida das pessoas nascidas nas décadas de 40 e 50 do século XX, o que reforça uma coesão enquanto grupo étnico-linguístico, mesmo essas pessoas morando em diferentes áreas rurais de Prudentópolis. A partir da metodologia usada, as discussões geracionais e a história oral, os entrevistados dessa *coorte* podem ser tratados como uma geração: 1) são de

uma faixa etária muito próxima; 2) convivem no mesmo ambiente socioeconômico e cultural; 3) e principalmente, possuem a origem étnica comum. “Os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem necessariamente, em particular em seu período de formação, influências análogas” (BLOCH, 2002, p. 151).

Prudentópolis manteve sua configuração ao longo das décadas de 1940 e 1950. Entre 1941 e 1954, período em que todas as pessoas entrevistadas dessa *coorte* nasceram não houve uma inversão da população rural em relação à população urbana. Nem a agricultura deixou de ser a base da economia local. Da mesma forma, nas duas décadas seguintes, grosso modo, não se alterou o quadro socioeconômico dos agricultores e agricultoras do municípioⁱⁱⁱ.

Os 10 entrevistados aprenderam em primeiro lugar a língua que os antepassados trouxeram do continente europeu^{iv}. Mesmo nos casos em que um dos genitores não era ucraniano, o contexto facilitou a supremacia etnolingüística. Não era raro ocorrer casos de pessoas na região norte de Prudentópolis que viveram e morreram sem ter aprendido a língua portuguesa (COSTA, 2013, p. 60). Algumas comunidades estão a mais de uma centena de quilômetros da sede urbana.

Os ucranianos trouxeram para cá desacertos em relação aos poloneses, outro grupo eslavo com número significativo de imigrantes em Prudentópolis. Tais divergências eram anteriores à emigração para a América. A

proibição da língua ucraniana na Galícia e certa supremacia da língua polonesa nos territórios dominados pelo Império Austro-Húngaro é uma das divergências entre esses dois grupos do leste europeu. A existência do *outro* vai ajudar a fortalecer os laços étnicos, pois estes necessitam do *diferente* para se fortalecerem (BARTH, 2011, p. 195).

Devido ao contexto prudentopolitano o idioma ucraniano acabava se sobressaindo em relação às demais línguas, tanto o português como outros idiomas de demais grupos imigrantes: “Na infância na verdade eu aprendi primeiro o ucraniano. Porque na época todo mundo só falava ucraniano. Mas, depois eu aprendi o polonês, no que eu fui crescendo eu fui aprendendo o polonês porque minha mãe era polonesa” (Sofia, 1952)^v. A interação entre ucranianos e poloneses em Prudentópolis, embora pudesse trazer à tona algum tipo de problema herdado dos antepassados, não chegou a ser um problema incontornável.

As áreas rurais prudentopolitanas eram de difícil acesso nas décadas de 1940 e 1950. Quem não pertencia à comunidade local ou possuía outra ascendência poderia ser visto como uma ameaça ou alguém que precisava ser tratado com devido cuidado ou reserva. Compreender a língua dos seus interlocutores era vital: “Digo pros filhos assim: pelo menos ensinem pra eles [netos] entender. Porque nunca é demais. Olha, eu falo ucraniano, português e polonês. Ninguém me vende em polonês. Isso porque a mãe ensinou quando eu era criança” (Sofia, 1952).

Uma questão interessante que surge na fala da entrevistada é que ela não “será vendida em polonês”. Essa senhora, com a experiência que os anos e as vivências lhes proporcionaram, percebe a necessidade prática do domínio da língua dos ancestrais, uma vez que ela está inserida em um contexto de contatos culturais em razão da (i)migração.

Devido ao fato dessa geração ter aprendido em primeiro lugar o idioma ucraniano em território brasileiro, o idioma se tornava uma dificuldade ao pleno entendimento. Os descendentes de imigrantes desconfiavam muitas vezes daquilo que ouviam por não terem total compreensão do vernáculo nacional. A dúvida/desconfiança em relação às pessoas externas à comunidade é exemplificado pelo medo de ser “vendido(a)” em idioma estranho, em ouvir uma coisa e entender outra e assim ser prejudicado ou mal interpretado.

Em Linha Ligação^{vi}, comunidade rural a cerca de 60 quilômetros da sede urbana, o idioma ucraniano era falado pela maioria, portanto, ficava definida, ao menos em parte, um critério de definição de uma fronteira étnica. O estranho seria alguém não falar o idioma eslavo na sociedade local: “Esses Bahri, uns já falecidos. Esses velhos Tlumaski, eu não sei se eles não sabiam em brasileiro porque nunca escutei falar. Nunca! Só em ucraniano” (Antonia, 1942).

Todos os entrevistados dessa *coorte* são descendentes de ucranianos nascidos no Brasil. Mas, o que foi afirmado de modo inequívoco é

que são ucranianos mesmo nascidos em solo brasileiro: “Nasci no Brasil, mas sou ucraniana” (Antônia, 1942).

O sotaque aparece como uma característica comum entre esses homens e mulheres, mesmo sendo nascidos longe da Ucrânia e após décadas de convívio com a língua portuguesa; essa situação é comum em pessoas que, além do português, utilizam alguma outra língua. Ainda que se note, pelas entrevistas, uma diminuição gradativa do uso do ucraniano, não raro as pessoas dessa geração precisam da ajuda de filhos e netos na compreensão e tradução de palavras em português: “Não vira bem a língua. Às vezes eu quero falar e esqueço como que é. Daí a criançada me ajuda em brasileiro” (Antônia, 1942).

Os nascidos nas décadas de 1940 e 1950 apenas anos mais tarde aprendiam a língua portuguesa. Em consequência disso, as pessoas que ultrapassavam os limites do município acabavam tendo alguma dificuldade em razão do sotaque resultante do uso concomitante do português e do ucraniano. Embora a mobilidade espacial dos prudentopolitanos fosse pequena, ela não era inexistente e quando uma pessoa viajava, principalmente se fosse oriunda das comunidades rurais, o modo de pronunciar as palavras, resultado da utilização frequente do idioma eslavo, seguia quem deixava Prudentópolis.

A *ucraneidade*, expressão cunhada por Tamanini (2017, p. 28), acompanhava muitas vezes o indivíduo para onde ele vá. Emiliano

(1954) contou que na juventude teve dificuldades quando foi morar e trabalhar em São Paulo. Algumas dessas dificuldades em virtude do sotaque não passavam de brincadeiras.

Nas conversas com as diversas pessoas entrevistadas, ficou claro que o idioma ucraniano era a língua materna em praticamente todas as regiões rurais de Prudentópolis. Ficou evidente que o contexto social facilitava a utilização da língua eslava, pois os entrevistados citam diversas pessoas de seu círculo social com quem podiam dialogar sem a necessidade do português. O número de parentes, consanguíneos e colaterais, que moravam/moram nas localidades e utilizavam o ucraniano demonstra um ambiente social propício à manutenção do idioma. No dia da entrevista com Rafael (1950), após as conversas preliminares, ao ligar o gravador ele estava preparado para ser entrevistado em ucraniano. Foi preciso explicar que a conversa seria gravada em português.

Como as pessoas dessa geração registravam deslocamento espacial pequeno, acabavam permanecendo a maior parte das vezes no local em que nasceram. Por isso era comum não conviverem com crianças de outras origens. Na comunidade rural de Linha Barra Bonita nasceu Olga (1941), ela afirmou que na infância não conviveu com crianças não ucranianas, pois onde morava não havia vizinhos de outras etnias/nacionalidades.

Por essa razão o desconhecimento da língua portuguesa não era raro, pelo menos nos primeiros anos da infância: “Naquela época era

tudo em ucraino, ninguém sabia falar em português” (Sonia, 1949). O roteiro com Sônia não se altera em relação aos demais entrevistados já citados: a primeira língua aprendida foi a ucraniana, o lugar em que passou a infância era basicamente composto por famílias da mesma origem, a mobilidade espacial muito pequena ou quase nula. Portanto, ter o ucraniano como língua materna para posteriormente aprender o português era a regra.

As famílias mudavam pouco o seu local de residência e os jovens casais permaneciam na maior parte dos casos na comunidade de um dos cônjuges e, dessa forma, os lugares que registravam a supremacia numérica de uma etnia conseguia manter tal hegemonia. Havia casos em que o(a) noivo(a) era de uma comunidade vizinha, mas geralmente era também descendente de ucranianos.

A maior parte dos emigrantes ucranianos que saíram da Europa no final do século XIX e início do século XX era camponesa. No Brasil, devido às dificuldades e necessidades, procuraram reproduzir a vida camponesa da Europa. A divisão dos papéis conjugais, atribuições de homens e mulheres, foi mantida na maior parte dos casos (ANDREAZZA, 1996, p. 128).

As mulheres, em razão do seu papel social, levado em conta o período das décadas de 1940 e 1950, tinham uma mobilidade reduzida. Assim, seu contato com não ucranianos era menor e por isso o aprendizado do idioma português poderia ser mais tardio ou irregular.

As mulheres acabavam optando mais pelo idioma ucraniano, em comparação com os homens, em função de ficarem mais na comunidade e interagirem menos com pessoas externas ao seu grupo social (OGLIARI, 1999, p. 333): “Do começo só o pai que sabia um pouquinho, porque a minha mãe não sabia nada e assim nós não sabia. Mas, como nós fomos crescendo daí foi, foi um tempo, nós aprendemos falar português” (Sonia, 1949).

Nessa fala fica nítido que os filhos não conheciam o português porque a mãe não o dominava. Essa divisão das funções masculinas e femininas, observada nas entrevistas, está assentada no modo como a sociedade compreende os papéis de homens e mulheres. Embora o enfoque do texto não seja discutir as diferenças nos papéis feminino e masculino, conforme os debates de gênero, é preciso não negligenciar essa discussão na análise da transmissão do ucraniano.

No ambiente familiar, o idioma tinha espaço para sua perpetuação, pois o número elevado de pessoas com a ascendência e a prática de ensinar primeiro essa fala garantia certa unidade linguística nas comunidades em que a maioria tinha essa origem. As questões de gênero podem aparecer à medida que são as mulheres que ensinam os filhos falar, pois isso faz parte de uma divisão de atribuições de papéis masculinos e femininos nas sociedades agrárias (ANDREAZZA, 1996, p. 128), são as mulheres que mais usam em casa o idioma eslavo (OGLIARI, 1999, p. 333).

As crianças que aprendiam o português na escola e pouco o usavam em casa, pois o que prevalecia nesse ambiente era a língua ucraniana, uma vez que esta era mais conhecida e utilizada com maior frequência por todos os membros da família: “[Língua] ucraniana! Mama, tato, primeira coisa que chama é mama e tato” (Angelina, 1943)^{vii}.

Algumas comunidades possuíam números maiores de indivíduos de outras origens, mas mesmo nessas localidades os ucranianos privilegiavam o convívio com pessoas com a mesma ascendência, pois utilizavam o mesmo código linguístico e dessa forma também se estabelecia uma distinção.

Um ponto de inflexão na vida de todos os entrevistados foi o momento da entrada na escola. Praticamente todos dessa geração não sabiam falar em português, ou sabiam muito pouco, no momento em que ultrapassaram a soleira da porta da sala de aula pela primeira vez. A idade em que isso ocorreu variou conforme o caso, mas de modo geral se deu quando os entrevistados tinham entre sete e oito anos.

A frequência na escola trazia o aprendizado de matérias/temas/assuntos desconhecidos. Mas o primeiro obstáculo era o idioma no qual seriam ensinados todos os novos assuntos. Eles seriam tratados em uma língua, se não totalmente desconhecida, não dominada pela quase totalidade das crianças que chegavam ao primeiro ano escolar. Antes de aprender qualquer noção básica de alguma matéria, o aprendizado do português era o primeiro exercício.

Para Olga (1941), o contato diário com o idioma português só passou a ocorrer na escola: “Quando eu comecei andar pra escola. Pois tinha que falar pra professora que vim pra escola que quero aprender falar em português. Porque eu não sabia. Só em ucraniano” (Olga, 1941).

O que podemos constatar até aqui, juntamente à questão étnico-identitária a partir da língua, é que a escola e a família são espaços praticados. A distinção entre *lugar* e *espaço* feita por Michel de Certeau (1994, p. 202) delimita um campo de análise em que o lugar, ao contrário do espaço, é fixo e pré-determinado e por isso possui uma estabilidade independentemente das ações e vontades dos indivíduos.

Em outras palavras, o espaço se configura a partir das *ações dos sujeitos* e não é delimitado de fora. Independe das leis varguistas^{viii} e/ou das normas das escolas mantidas pelo poder público. É no cotidiano que os homens e as mulheres descendentes de ucranianos darão sentido ao mundo que os rodeia e isso pode estar em consonância com o que o poder estabelecido almeja ou não. Uma pedra no calçamento, uma árvore na margem da estrada, uma edificação construída no lugar da antiga escola étnica, tudo isso terá a relevância e os significados que os atores sociais lhes atribuírem.

A identidade nesta geração está em processo de construção, pois a presença do *outro*, no interior das comunidades, não é tão numerosa e constante como será nas gerações posteriores. Além disso, a cultura da qual eram

originários, em razão de contatos antes da emigração, conforme defendido por Cuche (2002, p. 176), pode parecer mais evidente na análise. Porém, o contato com o *estranho* já ocorre, ainda que esporadicamente e, após o fim das escolas étnicas, essa interação aumentará significativamente. A escola, ainda que seja frequentada majoritariamente por descendentes de ucranianos, não é exclusividade destes e a língua obrigatória das aulas, bem como todo o material pedagógico, passou a ser a língua portuguesa a partir do Estado Novo.

Portanto, com o desmantelamento das escolas étnicas, o português avançou sobre a língua de imigração dos diversos grupos que chegaram ao Paraná na virada do século XIX e início do século XX (RENK, 2009, p. 21). As docentes possuíam papel fundamental na “nacionalização da infância”, termo muito usado durante a Era Vargas. Emiliano (1954) registrou a importância de a professora morar na comunidade de seus alunos e principalmente possuir a mesma origem: “Maior parte só em ucraniano. Só que a gente já começou falar um pouco português, mas a aula era quase tudo em ucraniano. A tia Isa era minha professora” (Emiliano, 1954).

Dessa forma, aprender o português a partir de 7, 8 ou até 10 anos era corriqueiro para meninos e meninas de Prudentópolis. Antônia (1942) e Cecília (1942) podem ser citadas como exemplos do exposto. Para a primeira, o seu bom desempenho na escola, inclusive na leitura e escrita em ucraniano, se deveu, segundo ela, ao

fato da professora também falar ucraniano: “Decerto por causa disso que a gente aprendeu mais porque... era uma Ana Bardal, sobrenome dela. Acho que ela nem sabia muito em português porque só em ucraniano que ela ensinava nós tudo. É por causa disso que eu peguei mais, não só com os pais. Era catequista” (Antônia, 1942)^{ix}. Ela contou que antes de ir para a escola não sabia uma palavra sequer em português, enquanto Cecília (1942) contou que a mescla das duas línguas só passou a ocorrer após a frequência nas aulas.

Essa situação se repete com todas as 10 pessoas da amostragem, todas revelaram que a partir do momento em que a idade escolar foi atingida e o estabelecimento de ensino passou a ser frequentado houve uma mudança importante.

De modo geral, a nova circunstância não alterou completamente o ambiente sociolinguístico familiar, pois na residência a língua eslava permanecia sendo falada de forma predominante ou quase exclusiva. Ainda que aos poucos houvesse a introdução de palavras em português nos diálogos, os membros mais velhos da família continuavam priorizando o idioma ucraniano.

Contudo a questão não se limitava apenas à maior ou menor facilidade na hora de se expressar. Em alguns casos havia uma espécie de exigência para que não se usasse o português quando estavam apenas os *de casa*. Quando Angelina (1943) foi indagada se nas conversas domésticas o uso do ucraniano era privilegiado, mesmo eles já sabendo o português, a resposta

foi clara: “Ucraniano! Mama, Deus o livre! Era pra falar tudo em ucraniano”.

Os entrevistados dessa *coorte* não entendiam como repreensão as atitudes como a explicitada acima. Mas a expressão “Deus o livre!”, dita de forma enfática, demonstra que alguns pais eram pouco tolerantes com o uso do português no ambiente doméstico. Na avaliação da entrevistada a atitude da mãe era muito natural. Por isso não havia, na sua percepção, qualquer tipo de reprimenda.

Por outro lado, ficou registrado, em diversos momentos das diferentes conversas, que a utilização da língua ucraniana no ambiente familiar estava muito ligada ao fato dos ascendentes, sobretudo os avós, terem dificuldade com a língua portuguesa. Havia casos em que a conversação precisava ser em ucraniano para que pudessem compreender. O *lar*, portanto, era um *espaço* em que o idioma era “protegido” das interferências externas.

Mas, essa opção pelo uso do idioma eslavo não se limitava aos pais ou avós. Devido ao modo como foram educadas, o predomínio e o convívio com pessoas da mesma origem étnica, o contato tardio das crianças com a língua portuguesa fazia com que as pessoas dessa geração também tivessem essa preferência/facilidade.

Porém, isso não reduz as memórias a uma mesma lembrança, pois as experiências não são interpretadas por todos da mesma maneira. Os indivíduos, ainda que pertencentes à mesma faixa etária e participantes dos mesmos

acontecimentos na mesma comunidade, podem ler o mundo que os cerca de modos diferentes e até opostos.

Além disso, relembrar e transmitir em palavras as experiências vividas não é algo tão simples. Não é apenas a versão fria de algo que ocorreu no passado. O relato feito no presente é uma seleção de lembranças, triagem algumas vezes inconsciente e outras vezes deliberada, que sofre a mediação do momento atual no ato da rememoração.

Nem sempre o entrevistado deseja dizer tudo que é recordado, ou tem dúvidas se deve falar. Algumas vezes existem fatos que a pessoa gostaria de esclarecer ao entrevistador, mas a memória não reteve tal informação. A memória cognitiva, assim como a social, é uma constante seleção e é imperativo não se lembrar de tudo (DOSSE, 2004, p. 151).

Por memória cognitiva estamos nos referindo à capacidade cerebral de reter informações. Algumas vezes o indivíduo pode ser acometido por determinadas doenças e a memória é afetada. A respeito disso, Joël Candau (2016) procura demonstrar que, além da questão neurológica, que não é objeto de análise aqui e nem é do livro do referido autor, o relevante é o estudo dos modos como as lembranças são manifestadas na sociedade:

Com exceção de alguns casos patológicos, todo indivíduo é dotado dessa faculdade que decorre de uma organização neurobiológica muito complexa. (...) mais importante que memória enquanto uma faculdade humana é analisar as formas como a mesma se manifesta (variável de acordo com os

indivíduos, grupos, sociedades) (CANDAU, 2016, p. 21).

O autor propõe uma forma de analisar as percepções que indivíduos, ou até um grupo, possuem de si e da sua história: distinção entre representações factuais e representações semânticas. As primeiras dizem respeito à existência ou não de certos fatos; já a segunda forma de representação fala do sentido, da interpretação dada aos fatos (CANDAU, 2016, p. 39). Cabe destacar que representação é aqui entendida como “a imagem ou as imagens de uma realidade empírica, cuja existência material pode ser traduzida em estratégias e práticas sociais” (BOSCHILIA, 2010, p. 21).

As memórias (ou, diríamos, as representações semânticas) das pessoas entrevistadas aqui, até esse momento da discussão, não apresentaram divergência significativa. Apesar de nem todas viverem na mesma comunidade e algumas dessas localidades rurais distarem dezenas de quilômetros, o quadro permanece coeso.

A memória é algo difícil de ser equacionado porque ela tanto possuiu uma parte individual, praticamente psíquica, como guarda um lado sociológico. Há a menção factual do “fato” bem como a interpretação do “fato”. Impossível determinar de modo inequívoco onde uma começa e outra termina. Todavia o relevante não é fazer essa distinção. O fundamental é ter clara a existência dessas esferas da memória e que a sua complementaridade, e não sua

exclusão mútua, é que permite avanços mais significativos (RICOEUR, 2007, p. 134).

Nas lembranças acerca do aprendizado da língua portuguesa, fatores individuais e sociais se misturam. Alguns entrevistados disseram ter encontrado muita dificuldade no aprendizado do português, enquanto outros revelaram mais facilidade. Essa situação tanto podia estar relacionada a uma questão individual, como poderia estar diretamente ligada à experiência social: o contato mais precoce e constante com o português ou o contato mais tardio e esporádico.

Nas entrevistas com Rafael (1950), Cecília (1942), Antônia (1942) ou com Lúcia (1946), por exemplo, não houve menção a algum tipo de preconceito em relação a pessoas que não falavam o idioma ucraniano ou que não fossem do grupo étnico; as amizades eram feitas independentemente da origem das pessoas. O único problema, segundo os entrevistados mencionados, era a compreensão mútua, pois na comunicação poderia surgir algum entrave.

No entanto, nas conversas com demais pessoas da *coorte*, pôde-se perceber que havia alguns problemas em relação ao *outro*, ainda que não tenha ficado explícito se isso decorria em razão da fala. A delimitação de grupo aparece e esse *outro*, basicamente, pode ser definido como brasileiro ou quem simplesmente falava o português. Mas, em muitos casos, também poderia ser o polonês, pois a presença polonesa também é significativa em Prudentópolis.

Na comunidade de Linha Barra Bonita havia uma separação entre as unidades familiares

ucranianas e as poucas famílias de brasileiros que lá existiam. A divisão nas comunidades, demarcando áreas com presença exclusiva ucraniana e regiões da mesma localidade em que existia a presença “brasileira”, mostra também a “feitura do espaço” (CERTEAU, 1994, p. 207).

As demarcações dos espaços a partir dos relatos, na perspectiva de Michel de Certeau (1994), são atos fundadores. A fundação de um espaço depende dos relatos e onde estes desaparecem aquele deixa de existir (CERTEAU, 1994, p. 209). A narrativa de Sônia (1949) traz a ideia da diferença étnico-linguística. Em uma primeira análise parece que a distinção era meramente em razão da dificuldade de comunicação e uma vez viabilizada o entendimento mútuo não existiria mais problema: “Não se misturava! E nós... eles falavam e nós não sabia o que eles falavam e nós falava e eles não entendiam o que nós falava” (Sônia, 1949)^x.

Nessa fala a impressão deixada é que, uma vez criadas as condições de entendimento mútuo, as relações sociais seriam mantidas sem maiores problemas. Na maior parte dos casos foi o que ocorreu de fato. Entretanto, nas décadas de 1940 e 1950 a preocupação da coexistência com pessoas do mesmo grupo étnico era grande.

Em alguns casos havia recomendação expressa para que as amizades fossem feitas com pessoas com a mesma ascendência. A preferência podia estar ligada a uma precaução, pois o desconhecido causa medo. Mas de qualquer modo isso demonstra que havia uma

noção muito clara sobre quem era de confiança e sobre quem pairava dúvida, com quem era desejável ou não estabelecer relações sociais. Os pais de Sônia (1949), de acordo com ela, recomendavam que as amizades fossem reservadas às pessoas da mesma origem: “Em primeiro lugar tinha que ser tudo ucraino. Deus oh livre se fosse falar um que falava português” (Sônia, 1949).

O caso se tornava ainda mais complexo quando o assunto era a possibilidade de um namoro com alguém não ucraniano: “Primeira coisa pra namorar, meu Deus! O bicho já pegava. Eles não deixava. Tinha que ser como eles eram, como eles ensinaram nós, tinha que ser tudo assim” (Sônia, 1949). Nessa nossa entrevista fica claro que era interdito um relacionamento com alguém não ucraniano que porventura pudesse levar os jovens ao matrimônio: “Eles não autorizavam quem falava em português. Os pais não aceitavam” (Sônia, 1949).

As moças e rapazes casadouros, com ascendência ucraniana, até poderiam se interessar por alguém com origem diferente nas festas das comunidades, mas os jovens costumavam frequentar eventos com certa predominância da sua própria etnia. Essas festividades normalmente ocorriam vinculadas a uma igreja^{xi}; se fosse ucraniana, os pais autorizavam com mais facilidade que os filhos frequentassem, sob a premissa de que, se surgisse algum namoro, a probabilidade de isso se dar com um(a) ucraniano(a) era maior.

Não havia garantias de que essas festividades eram frequentadas apenas por ucranianos. Mas a probabilidade era maior e, uma vez que nessas festas toda a Linha participava, havia certa vigilância social. Mesmo quando os jovens se deslocavam para uma comunidade vizinha, devido às restrições de transporte, estradas, entre outros aspectos, isso se dava em localidades próximas em que existia parentes e conhecidos que realizavam esse “controle”.

José (1946) rememorou o tempo em que frequentava bailes e demais divertimentos de sua época de mocidade e assegurou que existia uma separação. Esses dias de entretenimentos serviam para a definição e construção de espaços, bem como eram episódios em que os contatos interétnicos podiam ser vislumbrados: “Era [separado]. Não se entendiam. Aparecesse um brasileiro meio moreno no baile dos ucranianos, atropelavam” (José, 1946).

A cor da pele como elemento de distinção não surge apenas entre os entrevistados da amostragem dessa geração. Porém entre os mais velhos a endogamia era muito mais acentuada, o que pode resultar numa coesão maior e conseqüentemente em uma separação mais nítida por conta do aspecto da tez: “Antigamente ucraniano não podia casar com brasileiro, de jeito nenhum. Ainda mais se ele fosse um pouco escuro. Porque jamais ia se misturar. Antigamente era assim: se é ucraniano tem que casar com ucraniano” (Sofia, 1952).

Mas esse tipo de divisão, que inevitavelmente traz em si a questão do preconceito racial, não é algo que se diga de forma tranquila atualmente. Além disso, o(a) entrevistado(a) está se referindo ao passado, onde esse tipo de opinião poderia ser mais comum e por isso socialmente mais tolerável.

Embora estejamos nos reportando a um período posterior à década de 1950, é importante não esquecer que a legislação republicana que norteou a vinda dos primeiros imigrantes ucranianos era extremamente racista. O Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890 abria os portos da República para todos os imigrantes, exceto se estes fossem originários da África ou da Ásia^{xiii}.

Essa postura do governo republicano estava assentada em preconceitos contra populações autóctones dos continentes africano e asiático; o trabalhador morigerado e laborioso era branco no discurso do Estado Brasileiro (ANDREAZZA; NADALIN: 1994, p. 69). Antes mesmo da abolição da escravatura e do fim do Império, amplos setores da sociedade brasileira rejeitavam os asiáticos como alternativa para a mão de obra diante do processo abolicionista (CARVALHO, 1988, p. 72).

No entanto, o diálogo é realizado no presente e esse tipo de posição não se defende com tranquilidade em qualquer lugar e diante de qualquer pessoa. Por essa razão, muito provavelmente, a conversa acaba tomando outro rumo. Nesse novo direcionamento, a língua é destacada como o motivo da separação: “Eu acho que os pais, os avós, os bisavós, eles não

permittedam muito essa mistura pra não misturarem as línguas” (Sofia, 1952).

Cada vez mais a língua passa a ser um símbolo identitário: saber falar o ucraniano se torna a garantia, ou ao menos a possibilidade, de que tradições trazidas da Europa sobrevivam no Brasil, ainda que com adaptações. A realização de matrimônios entre pessoas que falam a mesma língua, a ucraniana neste caso, reforça os limites e conformidade do grupo.

As informações obtidas com as entrevistas são mais relevantes quando se considera o número de casamentos mistos na Paróquia São Josafat (ucraniana). Nessa Paróquia Católica de Rito Oriental os casamentos interétnicos não chegaram a 6% entre 1921 e 1940, e chegaram a apenas 10% entre 1941 e 1960 (RAMOS, 2012, p. 146-149).

Enquanto na Paróquia ucraniana os números demonstram uma endogamia muito acentuada, na Paróquia São João Batista, de rito latino, frequentada pelos brasileiros e basicamente pelos não ucranianos, os casamentos entre noivos de origens diferentes eram de 46,2% e 51,1% respectivamente para os mesmos períodos (RAMOS, 2012, p. 146-149).

A língua ou etnia podia ser um fator na hora de evitar certos noivos e escolher outros, mas a cor da pele era um impedimento visível, não apenas para essa geração. Embora generalizações sejam passíveis de críticas, a cor negra era alvo de preconceito de parte dos imigrantes ucranianos, tanto em gerações mais novas com em mais velhas.

Um exemplo em que a tez negra era usada como um símbolo de diferença e de modo pejorativo foi registrado por Andreatza (1996, p. 92) em um debate de 1910 entre os jornais “A República” e “*Prapor*” (Estandarte). O primeiro reclamava do modo como o periódico ucraniano se referia aos paranaenses: para os editores de “A República” os redatores do “*Prapor*” haviam chamado os brasileiros de “sem escrúpulos, negros e vagabundos” (ANDREAZZA, 1996, p. 92).

É possível perceber que os adjetivos “sem escrúpulo” e “vagabundos” estão no mesmo patamar que “negros”. Evidentemente que casos assim não eram discutidos toda semana na imprensa paranaense no início do século XX, mas é um exemplo do preconceito oriundo da cor da pele.

Na escolha do consorte os jovens poderiam não observar a etnia, uma vez que são escolhas pessoais em que a subjetividade possui peso determinante. Mas os pais, que em muitos casos buscavam torcer a escolha dos filhos para um consórcio com alguém da mesma origem, estavam mais atentos à questão etno-cultural. Escolher um cônjuge entre jovens ucranianos seria a garantia da manutenção da identidade e consequentemente da língua, conforme relatou Sofia (1952).

As fontes orais não existem antes que o historiador interfira diretamente, pois elas são produzidas na tentativa de resolução de questões postas pela problemática da pesquisa. Todo “documento”, escrito ou não, será considerado

histórico e relevante à medida que forneça respostas e/ou argumentos para as perguntas feitas durante a análise desenvolvida. O cuidado com a fonte oral reside na sua produção simultânea à pesquisa.

Uma coleção de cartas, por exemplo, pode ser alçada à condição de documento histórico no momento em que o historiador a utiliza com o intuito de verificar alguma questão posta pela problemática. Mas, independentes disso, elas já foram produzidas. A fonte oral (a entrevista), por outro lado, será coletada com vista a auxiliar no estudo em desenvolvimento. Não raro “perguntas e respostas não vão, necessariamente, em uma única direção (...) o que o pesquisador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar” (PORTELLI, 2016, p. 10).

No momento da conversa e da gravação da entrevista, aspectos não levados em consideração surgem, pois o passado e o presente se cruzam nas lembranças da pessoa inquirida. Evidentemente que a análise de outros documentos também é feita sob a interferência do presente, pois mesmo os documentos escritos podem ter sido analisados em outras épocas para responder outros questionamentos.

Mas, a entrevista possui a peculiaridade de não se tratar de uma revisitação a um acervo já existente; na maioria das vezes o material empírico é produzido simultaneamente à pesquisa: “Logo, a memória não sobrevive só acumulando dados; ela seleciona, esconde, pulveriza, encoberta, enaltece uns e abandona

outros, regida pelos fatos do presente” (TAMANINI, 2017, p. 49). Se por um lado a metodologia da história oral se mostrou adequada para o desenvolvimento da nossa problemática, por outro acabou limitando o raio cronológico dela.

Por esse conjunto de fatores, relacionados à produção das fontes e à transmissão das lembranças, é que a resposta das pessoas entrevistadas sobre a importância da língua ucraniana para os descendentes variou. Quando foi perguntado para Sônia (1949) se para ela um descendente de ucranianos precisa saber o idioma, sua resposta foi curta: “Precisa saber”. Mas, ela não soube explicar os motivos. E no contexto da conversa, insistir na pergunta seria colocar palavras na boca da entrevistada. A resposta curta e sem explicações ou sem uma exposição das razões de tal opinião pode estar ligada aquilo que Candau (2016, p. 21) definiu como “protomemória”: a entrevistada fala o ucraniano, mas aparentemente faz isso de modo automatizado e sem buscar formular uma narrativa.

No entanto, o que supostamente é a mera ação sem reflexão pode ser exatamente o contrário, ou seja, a pessoa rememora e ao se deparar com a lembrança de algo que não sabe se deve dizer, que julga desnecessário falar ou que é doloroso verbalizar, a pessoa simplesmente se cala. Portanto, a ausência da fala pode não significar a falta de uma memória, ela poder sim o sinônimo de uma metamemória.

Mas, mesmo em face de diálogos mais expansivos, que demonstram com mais ênfase que a *ucraneidade* está ligada à língua, a narrativa ou a ausência de uma narrativa estruturada dá a impressão da predominância da “protomemória” (CANDAU, 2016, p. 21). No entanto, o entrevistado pode reter seu discurso diante da incerteza se deve ou não compartilhar o que foi lembrado. O silêncio é, muitas vezes, um sintoma não de uma ausência de memória, mas sim de uma lembrança indizível em determinado momento.

Os entrevistados dessa *coorte* disseram ter ensinado os filhos a falar a língua ucraniana, mas que os netos já sabem pouco. De um modo geral relataram que ficariam contentes se eles soubessem mais do que sabem. Mas, com certa nostalgia e decepção, constatam que os netos não querem aprender. Por essa razão, quando questionados se isso os fazia menos ucranianos, a resposta foi positiva e clara em algumas conversas: “Acho que menos. Cada vez menos. Porque não aprendem falar. Acho que não querem” (Olga, 1941).

No entanto essa visão não é unanimidade ou, pelo menos, não da forma como está posta. Há pessoas que não consideram um grande problema os netos não falarem o idioma dos ascendentes. Para Cecília (1942) e Antônia (1942), por exemplo, o fato de as pessoas das gerações mais novas não falarem a língua eslava não as tornam menos ucranianas. Mas, ao mesmo tempo, julgam que seria importante se soubessem. Isso nos permite considerar que, sob

uma forma ou outra, a língua é relevante para todos.

Para Emiliano (1954), além da língua, a comida também aparece como aspecto fundamental para identificar o descendente de ucranianos em Prudentópolis: “Eu acho que a comida e o jeito de falar. Porque a maioria dos ucranianos, polaco, fala meio apolacado. A não ser que saiu fora e já pega outro sotaque” (Emiliano, 1954).

Nessa resposta à pergunta sobre quais características permitem identificar um ucraniano, a mobilidade espacial possui uma relevância importante. Quem sai de Prudentópolis e perde o sotaque, conforme a resposta dada perde também parte de sua identidade. A fala de Emiliano pode ser interpretada como uma “metamemória”, conforme definição de Candau (2016, p. 23), pois ele produz uma narrativa estruturada das suas percepções sobre o assunto.

Emiliano (1954) frisou o fato de a Ucrânia ser independente o que, na percepção dele, aumenta a relevância do idioma ucraniano. Porém, ainda hoje o ucraniano sofre uma pressão frente ao russo, pois há regiões ucranianas em que a língua russa é quase absoluta (COSTA, 2019, p. 65). No mais recente conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a Crimeia se declarou independente do governo ucraniano e buscou apoio de Moscou na luta pela autonomia. Entre diferentes justificativas para a região buscar independência política em relação à Kiev e se aproximar politicamente ainda mais dos russos,

reside o fato dos habitantes falarem quase que exclusivamente a língua russa na região.

Essa lembrança não é desprovida de significado, pois a história da imigração ucraniana no Brasil possui relação com a repressão que os ucranianos sofriam em sua terra natal, repressão que se estendia ao idioma.

A Igreja Ucraniana Católica de Rito Oriental ou Bizantino já havia desempenhado papel importante contra a *russificação* linguística que Ucrânia sofreu no século XX enquanto fez parte da URSS. No Brasil ela também teve/tem um papel fundamental para que os descendentes dos imigrantes continuassem falando o idioma, mas a tarefa de perpetuar a língua ucraniana entre os descendentes dos imigrantes não é exclusividade da Igreja. José (1946) comentou que alguns pais culpam a Igreja e as catequistas pelo fato das crianças desconhecerem o idioma dos antepassados, mas para ele a culpa da diminuição do seu uso é dos genitores que não ensinam os filhos, pois esquecem que a primeira “escola” de língua ucraniana é em casa (José, 1946).

Sofia (1952) também demonstra certo descontentamento e certa nostalgia pelo não ensinamento dos pais:

Ah, Nossa! Nossa língua, como dizer assim. Tá acabando. Porque os jovens hoje, fala com eles em ucraniano eles dizem “o quê que tá falando comigo? Eu não entendo”. “Mas escuta você não é descendente de ucraniano?” “Eu sou, mas não sei nada. Meus pais não me ensinaram”. Então tá morrendo a nossa língua ucraniana, é uma pena porque devia se manter né. Quanto mais línguas saber é melhor (Sofia, 1952).

Família e Igreja, conjuntamente, são responsáveis prioritárias para que o idioma ucraniano permaneça vivo. A língua está intimamente ligada à religião em Prudentópolis, pois a Igreja Ucraniana ainda a usa em sua liturgia no rito bizantino, bem como utiliza os caracteres cirílicos na impressão de textos.

Não por acaso, o local mais mencionado onde se usa o ucraniano, fora da esfera doméstica, é a Igreja, sendo, portanto, importante *espaço* de identificação. No entanto, essa *ucraneidade* pode estar ameaçada, uma vez que o uso cotidiano está em franca diminuição e parte do clero até cogita a tradução dos rituais, pois muitas vezes precisam administrar a situação quando não é mais possível celebrar toda a liturgia em ucraniano (SKAVRONSKI, 2015, p. 111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas que foram entrevistadas aprenderam primeiramente a língua ucraniana e apenas em idade escolar passaram a usar o português. Portanto, fazem parte de uma etnocultura imigrante que possui na fala uma maneira de identificação.

Os nascidos nas décadas de 1940 e 1950 em Prudentópolis ainda enxergam na língua um símbolo do pertencimento identitário e todos os dez entrevistados, sem exceção, atribuem à Igreja uma relevância impar na manutenção do idioma e da identidade ucraniana. Portanto, a

análise das fontes discutidas nesse artigo possibilita afirmar que a perspectiva geracional de Mannheim (1993) é adequada. As pessoas entrevistadas, com a individualidade que é inerente a cada uma, podem ser colocadas sob a geração de forma apropriada.

Podemos concluir e reafirmar que a identidade étnica, conforme discutido ao longo do texto, é construída e reconstruída na relação com pessoas que não fazem parte do grupo originário. No caso empírico analisado aqui, foi possível verificar que as fronteiras identitárias são móveis e os indivíduos constantemente cruzam-na. Mas, isso não significa abandono de tal identidade, pois é justamente nessa relação com o “outro” que os liames são redefinidos. Os entrevistados, nascidos nas décadas de 1940 e 1950, bem como pessoas com ascendência ucraniana da mesma geração, construíram a sua etnicidade ao longo das últimas décadas no contato constante com os falantes da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995**. Curitiba, 1996. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: **Revista**

Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, 11. 1994.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOSCHILIA, Roseli T. **Entre fitas, bolachas e caixas de fósforo: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)**. Curitiba, PR: Artes & Textos, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1**. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COLOGNESE, Silvio Antonio. Gerações, fronteiras e italianidade no Sul do Brasil. In: **Revista Tempo da Ciência** (18) 36, 2º semestre 2011, p. 137-152.

COSTA, Lourenço Resende da. **Manifestações de Poder e Identidade em torno da língua ucraniana em Prudentópolis**. Irati, 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati - PR, 2013.

- COSTA, Lourenço Resende da. **A prática da língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná: preservação da identidade e das fronteiras étnicas (1940-2018)**. Curitiba, 2019. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- Dicionário demográfico multilíngue**. Fundação IBGE, 1969. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14136.pdf>. Acesso em 01/06/2019.
- DOMÍNGUEZ, Maria Isabel. Generaciones y mentalidades: ¿existe una conciencia generacional entre los jóvenes cubanos? In: Cuba. Construyendo futuro. M. Monereo; M. Riera y J. Valdés (Comp.). **El Viejo Topo**, España, 2000.
- DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.
- HAURESKO, Cecilia et ali. **Paisagens de Prudentópolis: patrimônio natural, cultural e religioso no interior do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, 2015.
- MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera], REIS – **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, nº. 62, abr/jun 1993, pp. 193-242.
- MOTTA, Alda Britto da. Gênero, idades e gerações (Introdução). In: **Cadernos CRH**, Salvador, v.7, n.42, p.349-355, set/dez. 2004.
- MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 225-250, 2010.
- MOTTA, Alda Britto da; WELLER, Wivian. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 175-184, 2010.
- NADALIN, Sergio Odilon. **Imigração, fronteiras étnicas e sociabilidades: Questões teóricas [por uma história da comunidade evangélica luterana em Curitiba, 1866-1939]**. 2019. Inédito.
- OGLIARI, Marlene Maria. **As condições de resistência e vitalidade de uma língua minoritária no contexto sociolinguístico brasileiro**. Florianópolis, 1999. 536 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. [Trad. Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- RAMOS, Odinei Fabiano. **Experiências da colonização eslava no Centro-Sul do Paraná (Prudentópolis 1895-1995)**. Franca, 2012. 219 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.
- RENK, Valquíria Elita. **Aprendi falar português na escola! O processo de**

nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. Curitiba, 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SCOTT, Parry. Gerações e famílias: Polisssemia, mudanças históricas e mobilidade. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 251-284, 2010.

SEGALEN, Martine. **Sociologie de la famille**. Paris: Armand Colin, 1993.

TAMANINI, Paulo Augusto. **A prece ucraniana na pressa da cidade: as renegociações das práticas religiosas ucranianas nos espaços da cidade de Curitiba a partir de 1960**. Curitiba: CRV, 2017.

NOTAS

ⁱ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO.

ⁱⁱ Prudentópolis se emancipou de Guarapuava em 1906.

ⁱⁱⁱ Único fato que pode ser considerado um ponto fora da curva foi a proibição da publicação do jornal *Prácia* (Trabalho), editado em língua ucraniana, no início da década de 1940 durante o Estado Novo. Esse fato, todavia, não produziu nenhuma mudança estrutural na vida social e econômica da maior parte dos municípios, principalmente de quem vivia nas comunidades rurais. Evidentemente que a proibição trouxe problemas, produzindo algumas mudanças, mas elas não alteraram o quadro social prudentopolitano.

^{iv} Olga (1941). **Entrevista** concedida em 25 de maio de 2017; Antônia (1942). **Entrevista** concedida em 20 de janeiro de 2017; Cecília (1942). **Entrevista** concedida em 20 de janeiro de 2017; Angelina (1943). **Entrevista** concedida em 25 de maio de 2017; José (1946). **Entrevista** concedida em 20 de janeiro de 2017; Lúcia (1946). **Entrevista** concedida em 20 de janeiro de 2017; Sônia (1949). **Entrevista** concedida em 25 de maio de 2017; Rafael (1950). **Entrevista** concedida em 20 de

janeiro de 2017; Sofia (1952). **Entrevista** concedida em 20 de janeiro de 2017; Emiliano (1954). **Entrevista** concedida em 20 de janeiro de 2017.

^v As fontes orais serão referenciadas ao longo do texto com o ano de nascimento entre parêntesis. Sofia (1952) significa, portanto, que a entrevistada nasceu em 1952.

^{vi} Cada comunidade na zona rural de Prudentópolis tem seu nome precedido por este termo: Linha Jaciaba, Linha Ligação, etc. Esse procedimento de nomeação das localidades no interior de colônias de imigrantes não foi exclusividade de Prudentópolis ou do Estado. Nas áreas destinadas a receber os imigrantes abria-se uma estrada, uma *linha*, e de cada lado dela os lotes eram demarcados (GUÉRIOS, 2007: 134).

^{vii} Mama e tato é a pronúncia das palavras que em uma grafia “aportuguesada” quer dizer mãe e pai, respectivamente, para os descendentes de ucranianos.

^{viii} Que proibiram o uso de idiomas estrangeiros nas escolas e mesmo em espaços públicos durante o Estado Novo (1937-1945).

^{ix} As catequistas à que ela se refere são as integrantes do Instituto Secular das Catequistas do Sagrado Coração de Jesus.

^x Sonia (1949) se refere aos brasileiros que trabalhavam em uma serraria na sua comunidade natal.

^{xi} Ainda hoje ocorrem festas tanto na zona rural como urbana, promovidas por uma igreja católica. Mas atualmente, muito mais que outrora, é praticamente impossível restringir a participação das pessoas com base em um pertencimento étnico.

^{xii} BRASIL. *Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890*. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=528&tipo_norma=DEC&data=18900628&link=s. Acesso em 14/03/2013.

Recebido em: 03/04/2020.

Aprovado em: 31/05/2020.

Publicado em: 31/07/2020.